

O Estado desenvolvimentista brasileiro ontem e hoje: uma análise econômica e política

The Brazilian Developmentalist State in past and present:
An economic and political analysis

Tiago Camarinha Lopes¹

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
tiagocamarinhalopes@gmail.com

Resumo. Este artigo faz uma breve introdução ao processo de construção da teoria do Estado e apresenta um exercício de análise política. É argumentado que o estágio atual de desenvolvimento da ciência política evoca a luta de classes como conceito determinante do Estado e que, por isso, toda análise sobre um Estado concreto deve estar baseada nos movimentos das classes reais que são a base dele. Sugere-se que a análise feita para o Estado desenvolvimentista brasileiro do passado pode ser aplicada com alterações para estudar e agir sobre o presente.

Palavras-chave: teoria do Estado, história econômica do Brasil, ciência política, desenvolvimentismo.

Abstract. This paper introduces the process of construction of the theory of the State and presents an exercise of politics analysis. It is argued that, in the current stage of development of political science, the class struggle is the determinant concept of the State. Therefore, every analysis of a concrete state must be based on the movement of the classes, which is the essence of this state. It is suggested that the study about the Brazilian State of the 1940s and 1950s can be applied to the present situation with some alterations.

Key words: theory of State, Brazilian economic history, political science, developmentalism.

1 Introdução

Um dos problemas fundamentais da atividade científica é a separação formal entre ramos distintos do conhecimento. Tal meandro, como se sabe, interessa a grupos particulares que mantêm poder devido à falta de interlocução entre estudiosos dos mais variados temas. Um dos exemplos notórios desse mal nos círculos oficiais é a suposta grande distância

entre a ciência econômica e a ciência política. Quando prevalece esse tipo de divisão, é visível que categorias em estreita relação como o Estado, a Política, o Mercado e a Economia ficam desconectados, o que dificulta consideravelmente a apreensão da realidade em sua totalidade. Por isso, todo esforço de transposição de barreiras entre campos de estudo contribui para o desenvolvimento e a organização da ciência do ponto de vista dos interessados

¹ Doutorando em Economia, Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, MG (UFU). Agradeço aos professores José Rubens Damas Garlipp e Niemeyer Almeida Filho do Instituto de Economia da UFU pela organização das aulas e seminários referentes às questões de Estado e da economia brasileira contemporânea em 2010 e que serviram de base para o estudo apresentado neste artigo. Agradeço também os comentários anônimos repassados pela revista. Todo o texto é de minha responsabilidade. Universidade Federal de Uberlândia. Av. João Naves de Ávila, 2121, bloco J, Instituto de Economia. 38400-902, Uberlândia, MG, Brasil.

em transformar o mundo. Este artigo faz um exercício introdutório à teoria do Estado como maneira de mostrar que a análise da luta de classes, tanto em seu aspecto teórico como histórico, permite conectar as perspectivas econômicas e políticas sobre a sociedade.

O objetivo geral é mostrar que toda análise de um Estado concreto, ou seja, de um Estado que existiu ou existe na história, deve ser feita com base nos acontecimentos reais produzidos pelas tensões entre as classes sociais. Isso implica que o conceito determinante do Estado é a luta de classes e que o estudo da economia, para ser completo, precisa abranger este aspecto. Com base nesse conceito amplo, o artigo visa, em sua característica particular, analisar as forças de classe determinantes do Estado brasileiro desenvolvimentista dos anos 1940 e 1950 com o propósito de fazer uma breve comparação com os debates sobre desenvolvimento econômico que ocorrem no Brasil no início do século XX.

O texto inicia com um breve esboço do desenvolvimento histórico da teoria do Estado a partir da revisão e organização de algumas contribuições do debate e explicita o efeito da filosofia da práxis sobre essa construção teórica. Em seguida, a formação do Estado burguês brasileiro é apresentada a partir da temática de desenvolvimentismo e planejamento da economia brasileira para a industrialização. Finalmente, o trabalho esboça os limites de análise para a descrição de eventos políticos muito recentes, apontando para uma eventual comparação entre o desenvolvimentismo e “novo-desenvolvimentismo” e conclui que a construção de uma noção completa de Estado só pode ser cumprida com a união dos momentos de transformação e de estudo.

2 Teoria do Estado e filosofia

A teoria do Estado abrange um amplo leque de contribuições de pensadores que remontam até os filósofos². Considera-se o início dessa teoria como ciência independente a publicação de *O Príncipe* de Maquiavel, escrito em 1513. Até então, a política era considerada um ramo da filosofia, e, portanto, era estudada a partir de condutas éticas pré-estabelecidas. A racionalidade de Maquiavel consiste em estudar a política a partir da análise dos objetivos das

pessoas e dos meios que as pessoas utilizam para atingirem esses fins. É desse modo que o Estado passa a estar acima do bem e do mal, ou seja, as análises de relações de poder baseadas na ética e na moral são postas de lado para que se observe apenas a conexão entre instrumentos e objetivos. Esse é o momento em que se começa a estudar o Estado “como ele é, e não como deveria ser”, o que confere certa cientificidade ao estudo, ainda que o elemento política nunca possa ser eliminado da análise sobre as relações de poder. De acordo com Kanoussi (2003), Gramsci reconheceu assim a importância do livro de Maquiavel devido à fusão entre ideologia e ciência ali efetuada.

A partir de então, a construção da teoria do Estado prosseguiu até chegar ao nascimento da Economia Política no século XVIII, que geralmente é apontado como o início da ciência econômica. Nesse momento, assim como a ciência política se desmembrou da filosofia, a ciência econômica se desmembrou da própria ciência política, e a separação entre Estado e Mercado passou a ser a centralidade no estudo da relação entre Política e Economia.

A época do mercantilismo, momento de consolidação das relações sociais mercantis em âmbito mundial a partir do século XVI, foi suplantada pela era do liberalismo em conexão com o domínio inglês. Já então, a forma do produto como mercadoria agia como relacionamento social geral. A acumulação originária que culmina na consolidação do império inglês fez também com que os próprios trabalhadores se tornassem proprietários de suas forças de trabalho como mercadoria. Foi assim que o modo de produção capitalista se formou historicamente.

Esse processo foi acompanhado de perto pelos pensadores, que formulavam então a seguinte questão: como explicar o mecanismo dessa nova organização social, no qual o mercado é o centro de tudo, sem recorrer às vontades divinas? Essa é a pergunta central que abarca tanto a filosofia política moral inglesa como a teoria do Estado.

Hobbes, filósofo dos economistas ingleses primitivos, afirmava nos anos 1650 que o homem é naturalmente egoísta e, por isso, no “estado de natureza” prevalecia a luta de todos contra todos. A única maneira de superar isso seria através da instituição da proprieda-

² No mundo ocidental a linha remonta a Platão, com *A República* (escrito no século IV a.C.), sendo que o pensador chinês Confúcio já abordava a questão da política no oriente no século VI a.C.

de pelo Estado, o que é possível quando os homens transferem o poder diretamente a um terceiro, via “pacto de submissão”. Dessa maneira, o Leviatã garante a propriedade, mas, de fato, trata-se de uma instituição criada, “artificial”. Como se vê, o Estado está presente e é necessário para a existência da sociedade moderna. Por isso, nesta concepção, a economia ainda está subordinada à política e, portanto não se adéqua à ideologia da ordem natural do mercado.

Por outro lado, alguns anos mais tarde, Locke aparece com uma explicação alternativa. No estado de natureza, a propriedade já existe e, assim, não há necessidade de ser criada pelo Estado. A formação da sociedade civil se dá de uma forma diferente, através de um pacto de consentimento. Isso quer dizer que os homens estabelecem um acordo diretamente entre si, de forma livre. A partir dessa reciprocidade no respeito pela propriedade individual, surge a organização social que deve ser explicada. A naturalidade da propriedade individual é um fator crucial que repercutirá na naturalização da sociedade burguesa.

A diferença fundamental entre Hobbes e Locke é sutil: em Hobbes, o Estado tem um caráter ainda de sujeito ativo; em Locke, não. Além disso, o pensamento hobbesiano perde completamente campo de aplicação no final do século XVII principalmente porque ele “nega um direito natural ou sagrado do indivíduo à sua propriedade”, como argumenta Ribeiro (1997). Não é difícil compreender por que justamente Locke, e não Hobbes, irá fundir como o filósofo da Economia Política em geral. Sua concepção da sociedade está de acordo com as bases materiais da sociedade baseada em relações mercantis. É por isso que é Locke quem apresenta a receita do que deve ser o Estado liberal. A naturalidade da propriedade privada é o que garante o predomínio da filosofia de Locke via ascensão da classe burguesa. As novas relações predominantes são estritamente econômicas, e faz-se necessário uma ideologia que abstraia de forças de coerção de origem política ou religiosa. Assim, Locke fornece o modelo adequado à burguesia ao tratar da propriedade como algo de direito natural e ao eliminar o Estado para sua explicação.

Adam Smith por sua vez, segue o conceito de ordem natural que já era o eixo central do desenvolvimento das ciências naturais e o liga à ideia de indivíduo livre presente em Locke. A síntese que daí surge é considerada o início da Economia Política, como explica Mazzucchelli (2002). A função de Adam Smith como fundador da economia como disciplina autônoma culmina, assim, na formulação da teoria da mão invisível através da organização dos pensamentos de sua época em forma da obra *A Riqueza das Nações*, de 1776. A proposição de que os indivíduos, ao perseguirem seus interesses individuais, satisfazem os interesses coletivos resolve a falta de uma explicação científica para a nova sociedade. O movimento livre de troca de mercadorias passa a ter uma lógica própria, e é nessa hora que nasce a economia como ciência independente.

Dada essa centralidade, então, que o mercado assume, Hegel, em seu *Princípios da Filosofia do Direito*, publicado em 1821, reconhece o avanço feito pelos economistas políticos ao mostrarem que o mercado é o novo “locus” de determinação da consciência individual, pois é o mecanismo de socialização dos novos tempos. A pergunta então levantada é sobre como, se partindo da ética individual, se pode chegar ao social, para a qual a resposta é que a única forma de conciliar o indivíduo com o coletivo é através do Estado, que significaria a própria razão³. Segundo Handerson e Davis (1991), o pensamento de Adam Smith teve grande influência sobre Hegel, e o próprio Marx teria descoberto a importância da economia política para a filosofia através de sua leitura de Hegel, de acordo com Mandel (1968).

A passagem de Hegel para Marx no âmbito da filosofia, assim como a elaboração da Crítica da Economia Política, foram passos importantes no processo de criação da teoria do Estado⁴. A partir de então, o Estado, dentro do arcabouço marxista, sempre deve ser pensado em relação com a luta de classes. É curioso notar, entretanto, que o debate sobre uma “teoria marxista do Estado” prosseguiu em nível teórico, culminando em controvérsias profundas que podem perigosamente levar ao inerte campo escolástico, como se pode depreender das análises da contro-

³ A mesma contradição entre indivíduo e sociedade havia permanecido em Smith quando se lembra do conflito existente entre suas principais obras, *A Riqueza das Nações* e *A Teoria dos Sentimentos Morais*. A importância desta última é geralmente negligenciada pelos economistas burgueses. Sobre esse corte no pensamento de Smith ver Ganem (2012).

⁴ Na organização feita por Lênin (1977 [1913]) para apresentar o marxismo, estes dois aspectos são referentes àqueles componentes que ele chama de “filosofia materialista e “crítica da economia política”. O terceiro componente do marxismo nesta concepção é a “política socialista”.

vérsia em Codato e Perissinoto (2001) e em Holloway e Picciotto (1978).

De fato, a questão pode ser colocada de modo direto, a partir da clareza de que o Estado é o resultado direto do conflito entre as classes. O método de análise empregado por Marx coloca a luta de classes como principal componente das transformações sociais ao longo da história, de tal forma que o Estado aparece como fenômeno dessa realidade da divisão da sociedade em classes. Utilizando-se o materialismo histórico, chegou-se à conclusão de que o conflito entre as classes assume diferentes formatos de acordo com o nível de utilização e domínio da ciência na reprodução material da sociedade.⁵ Em conformidade, se o Estado no feudalismo era de tal forma, no capitalismo ele assume uma feição distinta, própria desse modo de produção e do conflito entre as classes típicas desse sistema.

A explicação geral e abstrata para o fenômeno do Estado estava então colocada. Contudo, isso não esgota a temática, pois é sempre preciso explicar os fenômenos históricos concretos. Então, desenvolvimentos posteriores prosseguiram de acordo com as necessidades de adequação dessa base abstrata sobre a luta de classes em geral para cada momento histórico de conflito em regiões geográficas determinadas. Assim, o embate sobre o Estado e suas características historicamente colocadas prossegue para muitos autores que buscam refinar a teoria⁶.

Em anos recentes, avançou-se sobre a questão do Estado especificamente capitalista, ou seja, na questão sobre qual é o lócus do Estado no capitalismo. Essa linha emanou da necessidade de se explicar a sistemática intervenção estatal sobre a economia desde o fim do *laissez-faire*, em um processo que se intensificou após a 2ª Guerra Mundial. Nesse processo, teóricos ligados à matriz marxista e interessados politicamente na transição para o modo de produção seguinte começaram a buscar condições de usar esse Estado não-liberal para criar caminhos que levassem ao socialismo. A partir do declínio desse tipo de Estado, a partir dos anos 1970, em um processo que recebeu o nome de

neoliberalismo, a necessidade por esclarecer a conduta do Estado capitalista se aguçou.

É relevante ressaltar que, nas controvérsias desse âmbito, trata-se primordialmente da construção de uma categoria de Estado restrita ao modo de produção do capital⁷. De fato, mesmo que *O Capital* seja a análise do modo de produção capitalista, é possível analisar os outros modos de produção a partir dele. Isso porque as categorias estreitas, historicamente determinadas, só podem ser desenvolvidas se houver um eixo universalizante. É sugerido que esse elemento universal seja a própria luta de classes. Assim, capturar a conduta do Estado sob o capital é um dos passos para a construção do conceito de Estado em abstrato. A assimilação do Estado em geral pode ser defendida como importante na medida em que sempre seria possível teorizar mais detalhadamente como se dá a transição de um modo de produção para outro.

3 Efeito da filosofia da práxis sobre o debate da teoria do Estado

Contudo, esse modo de proceder contém alguns problemas que parecem ser insolúveis, visto que para alguns autores aqui, a filosofia orientadora não é a filosofia da práxis. Toda essa linha de pesquisa em busca de uma teoria do Estado (ou da luta de classes em abstrato) remonta à leitura filosófica do *Capital*, que teria ressurgido nos anos 1960 e 1970, segundo Cleaver (1981). Esse tipo de estudo da obra magna de Marx teria a função de justificar um outro tipo de leitura do livro, como obra de Economia Política. Cleaver (1981) argumenta que, restritos ao âmbito econômico, muitos fazem uma interpretação passiva d'*O Capital* que redundava sempre na ignorância da classe trabalhadora como elemento ativo dos acontecimentos. Desse modo, a análise cai em um processo de interpretação do mundo, em vez de transformação e de estudo direcionado para a ação. Ao mesmo tempo, toda apreciação estaria restringida ao campo da economia, de tal modo que a dicotomia entre economia e política passaria a ser aceita de modo acrítico.

⁵ Ver o prefácio do manuscrito *Para a Crítica da Economia Política* (Marx, 1971 [1859]).

⁶ Existe uma confusão geral sobre a teoria do Estado ou do poder, e a teoria do Estado no capitalismo. Esta última é mais restrita e próxima ao concreto, enquanto aquela abrange todas formas de reprodução social da história. O aprofundamento desta questão não cabe aqui, pois necessita uma análise crítica do próprio materialismo histórico. Um estudo da obra de Gramsci a partir da categoria do Estado foi feito por Bucí-Glucksmann (1978).

⁷ Para uma revisão dessa vertente de estudo, ver Mollo (2001) e Holloway e Picciotto (1978).

A leitura d'*O Capital* como filosofia surgida na segunda metade do século XX seguiu duas tendências gerais: a linha ortodoxa e a revisionista. A primeira estava ligada às formulações ortodoxas do marxismo que remontam ao próprio Engels. De acordo com Cleaver (1981), Althusser, com o objetivo de revitalizar o materialismo dialético como filosofia orientadora para o Partido Comunista Francês, abriu o caminho para demais pensadores, entre eles, Poulantzas, para um exercício que considera “ao mesmo tempo notável e deprimente”. Isso porque tal empreitada somente reformularia os desenvolvimentos ortodoxos do materialismo histórico em termos mais obscuros. Para Cleaver (1981), portanto, o estudo d'*O Capital* a partir de uma perspectiva filosófica é um erro grave, que, para ele, tem origem em um equívoco de Engels ao tentar expandir o materialismo dialético para todas as áreas do conhecimento, inclusive as ciências naturais⁸. Sua proposta, portanto, é de uma leitura política d'*O Capital*, na qual os trabalhadores aparecem como sujeitos ativos dos desenvolvimentos e em que o leitor busca, a partir de seu raio de influência, aplicar as alterações sobre o sistema capitalista. Desse modo, a interpretação estaria sempre vinculada à ação, o que evitaria a ignorância da Décima Primeira Tese sobre Feuerbach (“Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras, a questão é transformá-lo”, Marx, 1978 [1888]) e a busca por uma teoria geral do Estado, semelhante àquela busca infundável por uma Teoria do Tudo que fazem cientistas naturais próximos aos filósofos, ou à busca mesmo por uma “pedra filosofal”.

Neste ponto, é possível fazer uma menção mais sistemática a Gramsci no que se refere ao tópico tratado por este trabalho. O breve histórico delineado sobre a construção da teoria do Estado indica que, no início, o estudo da política estava preso à filosofia anterior a Marx, e por isso as concepções de poder e de mudança eram subordinadas ao idealismo, ou melhor, à filosofia antiga. A organização inicial feita por Marx, e que ficou simbolizada nas 11 teses é enfatizada por Gramsci como uma tarefa de grande importância continuada por Engels e Lênin, segundo Semeraro (2005).

Essa organização alterou o patamar da filosofia, sendo que tal evento é às vezes sintetizado enfaticamente na afirmação de que “a filosofia acabou”. Para designar a diferença dessa nova etapa em relação à antiga filosofia, Gramsci usava o termo “filosofia da práxis” nos *CADERNOS DO CÁRCERE* que se aproximava também da expressão “materialismo histórico” de acordo com Semeraro (2005)⁹.

Como se relaciona a nova modalidade de filosofia com a teoria do Estado? Vimos que com Maquiavel os estudos se voltaram a descrever o Estado como ele é, ou seja, buscaram caracterizar sua estrutura, a fim de entendê-lo. A união entre teoria e prática na nova filosofia, no entanto, elimina os debates teóricos sobre o que o Estado é ao subordinar a verdade às práticas de transformação da realidade. Com isso, o enfoque passa a ser nas mudanças possíveis de serem feitas nas estruturas de poder que formam o Estado, de tal modo que as controvérsias em torno da teoria do Estado se tornam “questões escolásticas”.

Desse modo, mesmo que a teoria do Estado em geral seja um processo inacabado, já é possível fazer análises concretas com casos reais, identificando o movimento e a organização dos trabalhadores em classe e, a partir daí, elaborar possíveis estratégias de combate. É para esse exercício que Cleaver (1981) chama a atenção¹⁰. Aqui, como exemplo dessa atividade de mediação entre o abstrato e o concreto da luta de classes, podemos avaliar o Estado brasileiro em dois períodos: o de desenvolvimentismo dos anos 1940 e 1950 e o do novo-desenvolvimentismo, iniciado no final dos anos 2000.

4 Estado desenvolvimentista brasileiro

Dado o esboço da teoria do Estado na seção anterior, podemos utilizar tal arcabouço para examinar o Estado brasileiro no período em que esse se tornou um Estado estritamente capitalista. De todo período de transição de uma economia agrário-exportadora para uma industrializada, vamos aqui, para efeitos práticos, centrar em um momento muito específico, que condensou a contradição surgida desta

⁸ Tal procedimento é sistematizado por Engels em sua obra *Dialética da Natureza*, escrita no último quarto do século XIX.

⁹ Sobre Gramsci entre idealismo e materialismo, ver também Secco (2010).

¹⁰ A crítica à leitura filosófica d'*O Capital* não significa que a filosofia seja inútil. O que se quer enfatizar aqui é que a disputa entre teóricos do estado não pode ser conduzida em termos abstratos, ou como uma “questão escolástica”. Bobbio (1983) argumenta de forma similar.

transição do Estado brasileiro anteriormente comprometido com as regras liberais propícias ao império britânico para um que começa a incorporar, pela primeira vez, os interesses do povo brasileiro¹¹.

Com as mudanças estruturais na economia mundial ocasionadas pela crise dos anos 1930, a economia brasileira entrou em uma fase de alteração de sua dinâmica. Se antes ela era basicamente uma economia agrário-exportadora, agora ela se movia na direção de incorporar os instrumentos e organizações da indústria. Essa passagem não é um episódio simples e rápido, mas sim um em que surgem diversos conflitos que transparecem claramente na superestrutura como uma coleção de “ismos” em disputa pela hegemonia no campo das ideias.¹² Os anos de 1944 e 1945 marcaram especialmente esse momento, quando o empresário Roberto Simonsen e o economista Eugênio Gudin travam um debate sobre de que forma se pode gerar o desenvolvimento do Brasil, que ficou conhecido como “A controvérsia do planejamento na economia brasileira”¹³. De forma bastante resumida, Simonsen se coloca do lado dos proponentes de uma intervenção estatal mais sistemática na economia, como maneira de promover a industrialização e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico e social, enquanto Gudin acredita que o avanço técnico e de bem-estar geral pode ser atingido se as forças de mercado tiverem mais espaço para seu livre movimento.

Como se sabe, Simonsen e Gudin são representantes de forças políticas específicas, cujos movimentos estão moldando o caráter do nas-

cente Estado capitalista brasileiro. O primeiro está próximo dos industrialistas, enquanto o segundo está ligado aos empreendedores do setor agroexportador. Como a teoria do Estado apontada anteriormente pode ser usada para se explicar o embate sobre a constituição da grande indústria no Brasil visível no conflito entre essas duas figuras? E, de que forma isso ajuda a entender a própria essência do Estado concreto em formação desse momento?

O ponto do desenvolvimento atingido pela teoria, como apontado, foi aquele em que a luta de classes é a última fundação explicativa do Estado. Por isso, para descrever o caráter do Estado capitalista brasileiro que emerge junto à ideologia desenvolvimentista, é preciso analisar o debate entre Simonsen e Gudin como o conflito entre as classes sociais existentes no país após a virada de 1930. Embora Karl Marx tenha apontado que o conflito social básico, no modo de produção capitalista, sempre é fundado na relação oposta entre trabalho e capital, a análise da formação do Estado capitalista brasileiro, ou de qualquer Estado concreta na história, requer um refinamento da teoria para que a realidade do embate possa ser adequadamente assimilada¹⁴. Assim, utilizamos aqui em específico a contribuição de Poulantzas (1977 [1968]) no que se refere às frações de classes. Então, em vez de apresentar a noção de frações de classe de modo abstrato, utilizamos tal construto diretamente para fundamentar a tese de que o Estado capitalista brasileiro que ascende entre 1933 e 1955 é resultado da luta de classes no Brasil¹⁵.

¹¹ É importante destacar que a questão do processo de formação de relações capitalistas internas à economia nacional ainda é motivo de debate na historiografia brasileira contemporânea. De maneira geral, é muito difícil caracterizar um Estado brasileiro antes do processo de industrialização como um Estado pré-capitalista, em oposição ao Estado que surgirá ao longo do século XX no país. O debate sobre a Revolução Burguesa no Brasil é bastante controversa, assim como a tentativa de enquadrar a economia nacional periférica em um modo de produção descrito em teoria pura. A mudança qualitativa da economia brasileira de agrário-exportadora para industrializada abrange um período bastante extenso, que varia de autor para autor. Fonseca (1989), por exemplo, considera que a “introdução, expansão e consolidação do capitalismo” no Brasil se dá no período entre a República Velha até o final do segundo governo Vargas em 1954. Para algumas concepções sobre a formação do capitalismo no Brasil, ver, por exemplo: Fernandes (2006), Figueiredo (2004), Ianni (1980) e Sodré (2010 [1989]).

¹² Roberto Campos (1994, p. 168), se refere ao período como a batalha dos “ismos”, devido às diferentes ideologias em disputa. Além da mais básica e geral, como “capitalismo versus socialismo”, os debates sobre a forma econômica a ser seguida na trajetória da industrialização geraram diferentes correntes de pensamento atreladas ao (neo)liberalismo, ao desenvolvimentismo e suas vertentes “não-nacionalista”, “de setor privado” e “nacionalista”, e aos movimentos mais próximos do movimento comunista. A organização definitiva das propostas de desenvolvimento econômico dos anos 1940 e 1950 foi feita por Bielschowsky (2000 [1988]).

¹³ Ver Simonsen e Gudin (2010 [1977]).

¹⁴ As análises marxistas sobre a Revolução Burguesa, ou melhor, sobre como ela se apresentou concretamente nos diversos países, utilizou deste mesmo processo. Dentro do arcabouço do materialismo histórico, não só a Revolução Burguesa, mas todo movimento que altera a disposição das relações sociais de produção é explicado pelo resultado da luta de classes real, como ela se apresenta na história. A luta de classes é o elemento universalizante que conecta os modos de produção das sociedades.

¹⁵ A periodização entre 1933 e 1955 se refere àquela primeira fase da revolução burguesa no Brasil, segundo Draibe (1985), ou ao período de industrialização restringida, conforme Cardoso de Mello (1982).

A contradição básica é que, enquanto Simonsen advoga medidas de planificação da economia brasileira, Gudín se posiciona contrariamente. Contudo, mesmo esse conflito não impede que haja uma síntese da controvérsia, ao constatarmos posteriormente que nem a economia foi planificada integralmente, nos moldes dos países socialistas, nem se preservou o princípio do liberalismo pleno durante a execução dos planos de industrialização no Brasil. O que explica a contradição e a conciliação desses dois opostos que balizam o nascente Estado capitalista brasileiro? Em uma palavra, é o fato de que Simonsen e Gudín, enquanto representantes de frações específicas da classe dominante, divergem e, enquanto representantes da classe dominante em geral, convergem. Assim, para caracterizar o Estado brasileiro em formação, é preciso analisar duas coisas: primeiro, a competição mais direta entre capitalistas industrialistas e capitalistas agrários e, segundo, a contradição geral entre as “personificações econômicas do capital e do trabalho”, ou seja, entre capitalistas e trabalhadores assalariados.

No período de transição da Primeira República para a era Vargas, a burguesia industrial foi se tornando uma parcela da classe dominante cada vez mais capaz de articular seus interesses dentro da política no Brasil. Foi dessa nova força política no cenário nacional que a ideologia associada ao protecionismo, industrialismo e nacionalismo econômico ganhou predomínio. Nos termos gramscianos, pode-se falar em uma hegemonia do desenvolvimentismo. Simonsen, defensor das medidas estatais que promovem o desenvolvimento do Brasil, acaba recebendo o apoio indireto (e em geral despercebido) dos trabalhadores interessados na industrialização. A caracterização da posição desenvolvimentista como progressista ocorre porque, nesse caso, há um interesse em comum entre a classe dominada e esta fração

específica da classe dominante em oposição à corrente dos liberais agrários, remanescentes do Império. É importante ter em mente que essa sustentação pela base ao projeto desenvolvimentista é apenas indiretamente dada pelo proletariado brasileiro.

Como se pode concretizar essa tese? Sabemos que no processo de consolidação de forças de produção especificamente capitalistas no Brasil, os trabalhadores se tornam trabalhadores assalariados. Mas não só isso. São progressivamente rearranjados nas unidades produtivas típicas da grande indústria. Essa disposição da classe trabalhadora, agora assalariada predominantemente, é um Estado muito mais propício para sua organização como classe social. Ao mesmo tempo em que as condições técnicas impostas pelo capital abrem a possibilidade de organização, os trabalhadores adquirem experiência e consciência do conflito. É assim que o povo age politicamente na direção de apoiar a industrialização e estender tal meandro a toda população trabalhadora. Esse instante representa uma relação de “interesse convergente” entre o capital e o trabalho contra as forças predominantes da era colonial, que configuraram o Estado brasileiro até antes da Revolução de 1930. Foi dessa forma que no Brasil se conseguiu fazer, ou melhor, iniciar, a revolução capitalista¹⁶. Apesar de muitos teóricos do materialismo histórico terem apontado há muito que a industrialização é uma condição necessária para a transição para o modo de produção seguinte, os trabalhadores só podem aprender isso a partir da práxis, ou seja, da própria luta de classes. O processo de formulação da ideologia nacional desenvolvimentista com a meta clara de aumento e de consolidação da grande indústria é uma das maneiras de verificar isso e de apreender que as transformações progressivas nem sempre ocorrem em viradas singulares nítidas¹⁷.

¹⁶ No Brasil, este instante se apresenta pelo fato de que, até a Intentona Comunista de 1935, Getúlio Vargas considerava sua oposição principalmente as oligarquias rurais. Até então, o “povo” era incorporado ao “espírito revolucionário” que sua corrente representava. A suposta existência de interesses convergentes entre os industriais e a classe trabalhadora assalariada era a base da estratégia do PCB, e que foi sustentada nos anos seguintes pela esquerda, até que o modelo de desenvolvimento capitalista autoritário fosse imposto nos anos 1960. Para um resumo sobre a visão da esquerda brasileira e sua reavaliação dos anos 1940 e 1950, ver a apresentação de Bresser-Pereira (1982) sobre algumas correntes de interpretação do Brasil.

¹⁷ Destaque para o fato de que a ideologia anarquista e comunista, trazida ao Brasil pelos imigrantes dos países europeus nas primeiras décadas do século XX gera paralelamente forças progressivas muito específicas, que tomam formas pontuais, como na figura de Luís Carlos Prestes. O movimento mais amplo que repercute na elevação de Getúlio Vargas não está pautado no movimento comunista, mas sim nesses anseios de segurança do trabalho assalariado. Para uma análise que liga as transformações aqui analisadas com o tenentismo e o movimento comunista internacional que se espalha da Europa para a Rússia em 1917, e posteriormente para o mundo, ver Camarinha Lopes (2011, cap. 2).

Então, no caso específico dos países que iniciam o processo de revolução burguesa na época do capital monopolista, a industrialização só pode ser feita por meio da ação estatal, ou seja, do planejamento. Essa é uma das conclusões no campo da economia que coloca a ideologia liberal em uma profunda crise. Os planos econômicos industrializantes se tornam assim a única maneira de prosseguir com a revolução burguesa no Brasil. É importante notar que a ideia de planejamento e desenvolvimento não brotou do raciocínio isolado de alguns teóricos, como a aparência às vezes dá a entender. A necessidade da industrialização via ação estatal foi o resultado dos interesses conjuntos dos trabalhadores assalariados e da parte da classe dominante brasileira que viria a se tornar capitalista industrial. Eram dois caminhos que se abriam ao Brasil de então: realizar a industrialização por meio de uma planificação nos moldes da economia soviética ou de um planejamento comprometido com a ordem capitalista. Como se sabe, a segunda alternativa prevaleceu, como se percebe pelos desdobramentos dos movimentos de 1935 e pelo golpe de 1964.

Em relação ao outro nível de análise da luta de classes, que estabelece a oposição mais simples e direta entre capital e trabalho, pode-se notar que tanto Gudin como Simonsen estão comprometidos com a manutenção das instituições no modo de produção capitalista. Isso se faz notório, sobretudo, com o respeito e a defesa que fazem da propriedade privada dos meios de produção, que caiu também em discussão nesse período, mesmo que apenas ideologicamente. Então, apesar de no embate entre liberalismo e planejamento estarem diametralmente opostos, quando se trata da forma capitalista de organização social, Simonsen e Gudin não titubeiam em unir forças para deter a classe trabalhadora. Esse é um dos aspectos que caracterizam a revolução capitalista brasileira como uma transformação conservadora, ao invés de progressista, como foi no caso clássico na França, por exemplo.

Disso resultou que o Estado capitalista brasileiro deveria ser dirigente da industrialização. Mas que tipo de direção deveria ser essa? Em concordância com os ditames externos no

contexto da Segunda Guerra Mundial, uma que não colocasse as bases da sociedade burguesa em cheque por meio da demarcação do campo de ação da esfera privada e da pública.

Como se vê, a forma de Estado no Brasil que adentra o processo de industrialização é o produto direto da luta de classes em curso no país em sua transição de uma economia produtora de mercadorias primárias para uma na qual as relações de produção são relações de produção capitalistas. Essa análise feita do desenvolvimentismo dos anos 1940 e 1950 se beneficia do fato de ter transcorrido um razoável lapso de tempo, o que permite aplicar o materialismo histórico com relativa segurança e reconhecer, não só os grupos em disputa na estrutura, mas também suas respectivas ideologias e projetos na peleja superestrutural¹⁸.

Agora, quando queremos analisar circunstâncias muito próximas do presente, a caracterização do Estado e a percepção de uma eventual modificação podem ficar difíceis de serem feitas, mesmo porque a análise fica restrita ao estudo de governos diferentes, que geralmente têm o mesmo Estado como base comum. O que se tem de imediato é apenas o reflexo ideológico das forças, esse sim capaz de ser visto imediatamente nos meios de comunicação. Com isso em mente, podemos lançar um olhar sobre o período recente para tentar estabelecer uma primeira relação do desenvolvimentismo com o que está sendo chamado agora de “novo-desenvolvimentismo”.

5 Novo-desenvolvimentismo

O termo “novo-desenvolvimentismo” vem sendo usado recentemente para designar uma ação de política econômica distinta daquela que predominou nos anos 1990 sob o consenso de Washington e que começou a ganhar força nos anos 2000. Conforme Bresser-Pereira (2011), trata-se de uma abordagem keynesiana e estruturalista, na qual o Estado tem papel atuante similar àquele da época do desenvolvimentismo. Não existe concordância sobre se o termo captura com justeza as características do Estado brasileiro nesses primeiros momentos do século XXI. Sabe-se apenas que tal desígnio vem ganhando popularidade desde a segunda

¹⁸ Para uma análise alternativa da gênese do desenvolvimentismo com maior amparo em detalhes de historiografia, ou seja, mais distante da concepção materialista da história, ver Fonseca (2004). Para uma abordagem com metodologia similar à do presente artigo sobre as origens do desenvolvimentismo ver Antônio de Paula (2004), que utiliza a condensação de ideias em uma figura histórica específica para esboçar o quadro histórico que permite a emergência da ideologia do desenvolvimentismo.

metade dos anos 2000, principalmente depois da crise econômica internacional¹⁹. A associação com o desenvolvimentismo dos anos 1950 parece, assim, se fundamentar na oposição e substituição pelo padrão liberal que comandava as políticas econômicas anteriormente. No caso do desenvolvimentismo, o antigo sistema se vinculava com as forças nacionais resistentes ao fim da função colonial, enquanto que, no caso do novo-desenvolvimentismo, a superação é do modelo de neoliberalismo. Assim, se o desenvolvimentismo de ontem se punha como superação do liberalismo brasileiro das frações de classe ligadas às terras, quebrado a partir das transformações econômicas e políticas do ano-chave 1930, o novo-desenvolvimentismo se põe a eliminar o neoliberalismo, posto em cheque nos anos 2000.

Em um primeiro momento, a transição do governo de Fernando Henrique Cardoso para o de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 levou os analistas políticos a fazerem comparações logo nos primeiros anos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). De forma geral, os primeiros artigos críticos exaltavam uma semelhança acentuada entre os dois governos, atribuindo uma forte influência do neoliberalismo ao suposto novo mandato de esquerda. Foi nesse sentido que as diretrizes econômicas do Governo Lula passaram a ser identificadas como continuação da política econômica do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Aqui, indicamos que o caráter político de um governo só se torna identificável depois de algum lapso de tempo, quando acontecimentos relevantes tenham se desdobrado. Em outras palavras: a correta determinação do posicionamento prático de um agente político (partido, grupo ou indivíduo) só pode ser feita através do julgamento contextualizado pela própria história, o que equivale a dizer que a caracterização do Estado só pode ser uma atividade descritiva de algo que já ocorreu²⁰.

Boito Jr. (2003) afirma que a mudança de orientação do PT não foi súbita e superficial,

mas sim que ela faz parte de um movimento profundo e longo do qual sofre todo partido. Apesar de parte da mudança de orientação ter origem na própria cúpula, uma parcela da reestruturação teria ocorrido devido a alterações na própria estrutura social brasileira, ou seja, na “base”. Nota-se, assim, que Armando Boito Jr. (2003) já tinha como certo que o governo Lula constituía uma continuação do governo Fernando Henrique Cardoso no que tange à aceitação do modelo neoliberal, e passa imediatamente a buscar por respostas para o porquê disso. A discussão sobre se há continuidade ou ruptura não é, no entanto, o foco de sua análise.

Durante a transição, havia basicamente uma insatisfação geral por parte dos intelectuais de esquerda, antes simpáticos e até apoiadores do Partido dos Trabalhadores. Na visão de Boito Jr., o deslocamento do PT em direção ao centro se deu por causa da atração de parte da população para as políticas do neoliberalismo. Apesar de a burguesia ser a grande interessada no programa neoliberal, o autor afirma que as políticas promulgadas pelos impérios centrais encontram também respaldo na classe média e até no campo operário e popular brasileiro. Assim, seria possível afirmar que existe um mecanismo de difusão ideológica do neoliberalismo entre os trabalhadores, o que explicaria o caráter neoliberal do novo governo. Para esse aspecto da força da ideologia sobre o posicionamento político aponta Gramsci, quando desenvolve o conceito de superestrutura.

Carvalho (2004) se posiciona de forma semelhante. Ele afirma que Lula e o PT aderiram à ideologia neoliberal, impondo novos desafios para a esquerda. Para corroborar essa tese, o autor dá diferentes exemplos de medidas do governo Lula que estariam de acordo com o paradigma neoliberal, como a escolha de manter a política cambial do governo anterior e a insistência na combinação de juros altos com “ajustes fiscais”. Carvalho (2004) remete tam-

¹⁹ Os debates recentes mostram que o tópico contempla posições conflitantes, apesar de todos do campo terem em comum o repúdio ao liberalismo puro, como lembra Carneiro (2012b). Para uma coletânea com diversas contribuições em torno do novo-desenvolvimentismo, quando este ainda era uma ideia abstrata, ver Sicsú *et al.* (2005). Para uma recuperação do movimento de retorno do keynesianismo (uma das principais fontes teóricas dos desenvolvimentistas) na imprensa ver Belluzzo (2008), Kale (2008), Giles *et al.* (2008), Stiglitz (2008), Skidelsky (2008), Netto (2009) e Reddy (2009). Para averiguar a contrapartida na academia, ver Clarke (2009), Skidelsky (2009), Davidson (2009) e Fonseca (2010).

²⁰ Não se pretende fugir da explicação o sentido das políticas adotadas nos primeiros anos do primeiro governo Lula com esse argumento. A ideia central é que os momentos iniciais dos anos 2000 estavam condicionados por fatores internacionais semelhantes aos dos anos 1990, o que camuflava os traços de ruptura que só se tornaram realmente visíveis a partir de 2008. Também não queremos negar a transformação do PT rumo ao centro, arquivada historicamente, como bem lembra Giambiagi (2011), em três documentos importantes do partido: a “Carta ao Povo Brasileiro”, o “Programa de Governo 2002” e a “Nota sobre o Acordo com o FMI”.

bém ao documento “Política Econômica e Reformas Estruturais” do Ministério da Fazenda para indicar que o continuísmo não foi uma manobra de curto prazo, mas sim uma escolha estratégica do governo. Conforme Carvalho (2004), isso significa que, para o governo Lula, de acordo com tal documento, os problemas do Brasil se concentram em “desequilíbrio orçamentário”, o que ilustraria o triunfo da visão neoliberal dentro do governo do PT.

A terceira análise da transição Fernando Henrique-Lula aqui exposta é a de Paulani (2004), para quem, com a vitória do PT nas eleições presidenciais de 2002, uma expectativa de que o povo iniciaria de fato a transformação do Brasil em uma nação foi criada. Mas, para decepção geral, tal movimento teve que ser postergado. Assim, o novo governo teria continuado com a política econômica do PSDB sob a desculpa de evitar uma eventual “queda iminente”, como se o país estivesse “à beira do precipício econômico”. Paulani (2004) rejeita a tese de que o continuísmo seria uma tática consciente para implementar políticas de esquerda somente após um curto período de ortodoxia.

Assim, ela ataca o conceito de que a ortodoxia do governo Lula seria um estágio de curto prazo, um “mal necessário” para a posterior implementação das verdadeiras políticas de desenvolvimento de longo prazo. Esse movimento de “tapar o nariz e fazer uma política amarga”, como descreve Paulani (2004), foi também ilustrado por Paulo Arantes (2003) como o ato de “beijar a cruz” da ortodoxia. O argumento é que seria inviável o governo seguir o paradigma neoliberal e depois querer abandoná-lo. Isso porque a “credibilidade” ganha durante tal “máscara” neoliberal frente aos interesses do capital não se mantém quando há uma mudança de rumo, e as condições para o crescimento econômico se perdem. A autora admite a possibilidade da liderança do partido não reconhecer tal inviabilidade e querer, de fato, “enganar o adversário”, mas, para ela, isso é muito improvável. Nesse sentido, seria muito difícil imaginar que o alegado

continuísmo era produto de alguma estratégia pensada.

O que se pode dizer sobre essas análises feitas imediatamente após o início do Governo do PT em 2002? Depois da crise do final dos anos 2000, o governo Lula foi apontado como tomador de medidas de política econômica heterodoxas, a fim de elevar a demanda efetiva e evitar a recessão. Por essa razão, os desdobramentos históricos que irão ocorrer no futuro podem alterar a análise que se faz de eventos muito recentes. Nesse sentido, o Governo Lula pode ser pensado como extensão do Governo Fernando Henrique Cardoso até o ponto em que as circunstâncias históricas a partir do fim da década de 2000 permitiram uma diminuição das balizes neoliberais. Por outro lado, o que garante que um governo comprometido com os princípios da livre iniciativa também não tomasse medidas de intervenção para contornar os problemas da crise, a exemplo do próprio governo norte-americano?²¹

De toda forma, as políticas econômicas de incentivo ao crescimento como reação à crise internacional refutam as análises iniciais sobre a transição, exemplificadas nas três posições aqui apresentadas, mostrando que, em história, o diagnóstico sobre as medidas políticas práticas dos agentes é uma função do tempo corrido. Em outras palavras: em 2003 e 2004, era adequado afirmar que o governo Lula constituía a continuação do programa solidificado por Fernando Henrique, mas, como a intervenção estatal e medidas anticíclicas consideráveis foram postas em ação pelo segundo Governo Lula, não é mais possível igualar os dois regimentos sem fazer ao menos uma breve ressalva qualitativa.

Um aspecto que sustenta o argumento de que o Governo Lula poderá entrar para a história como um ponto de inflexão, como argumentou Mercadante no Instituto de Economia da Unicamp em ocasião da defesa de sua tese, ao promover a ruptura com programa neoliberal típico dos anos 1990, é o ressurgimento de temas como o do desenvolvimento nacional, expresso principalmente no neologismo “novo

²¹ A partir da análise de uso dos recursos sob controle do Estado, pode-se constatar um aumento do controle econômico a partir dos programas específicos de política fiscal para amainar a recessão. Nos Estados Unidos, o projeto governamental para preservar empregos e promover a recuperação econômica tomou a forma oficial de lei em fevereiro de 2009. Ver o documento “American Recovery and Reinvestment Act of 2009”. Aqui no Brasil, é possível averiguar a mudança para um Estado que lembra aquele Estado desenvolvimentista de ontem a partir, por exemplo, do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e sua função na crise. Sobre isso, ver a exposição de Luciano Coutinho (2009) no Senado Federal. Outro exemplo mais recorrente é o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que nada mais é do que a parte mais exaltada do PPA (Plano Plurianual) 2008-2011. Para uma apresentação do PAC a partir da exposição dos documentos oficiais ver Macedo (2011).

desenvolvimentismo”. A nova expressão indica que os eventos do presente têm algum elemento em comum com o aquele momento importante da criação do Estado capitalista brasileiro. Como ressaltado, é necessário, hoje, fazer as mediações dessa nova ideologia com suas contrapartidas na estrutura. Só assim será possível descobrir quais são as forças políticas contemporâneas agindo sobre o Estado brasileiro no presente. É importante destacar, no entanto, que o formato das ações do governo em direção ao sustento da reprodução de capital na economia brasileira está fortemente condicionado por circunstâncias internacionais alheias ao poder de decisão dos brasileiros. Por isso, a análise da conjuntura nacional nunca pode abstrair dos acontecimentos econômicos e políticos no exterior.

Sobre o debate sobre o novo-desenvolvimentismo propriamente dito, é possível perceber correntes no espectro esquerda-direita que ilustram que o desenvolvimentismo de hoje, como o de ontem, não está ligado a nenhum movimento social bem definido, mas é produto de um conflito interno que somente transparece com uma análise mais profunda e acurada sobre a “ideologia do desenvolvimento do Brasil”. Fiori (2011), por exemplo, destaca que o desenvolvimentismo de ontem era dividido em desenvolvimentismo de esquerda, ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e no desenvolvimentismo de forças anticomunistas, que podemos exemplificar com o Estado Novo de 1937 e, depois, com o Golpe de 1964. A ideia central é que o mesmo tipo de divisão ocorra dentro do desenvolvimentismo de hoje, mas que precisa ainda ser devidamente explicitado e analisado.

Curiosamente, Carneiro (2012a, 2012b)²² aponta, visto seu aparente esforço em entrar em conflito com Fiori, justamente para o fato de existirem diferentes formas de desenvolvimentismo. Para Carneiro, a divisão seria entre a corrente da FGV (novo-desenvolvimentismo fundamentado no puro e simples desenvolvimento das forças produtivas) e a corrente da Unicamp e UFRJ (social-desenvolvimentismo com enfoque no social enquanto base do desenvolvimento).

Nosso argumento é que as disputas expressas nos debates sobre o Estado brasileiro hoje,

consubstanciado na retomada da ideologia desenvolvimentista, precisa ser analisada pela identificação das forças sociais que tomam essas formas de ideias entre economistas que se classificam em diferentes escolas de pensamento. Para tanto, não basta indicar que diferentes tipos de desenvolvimentismo coexistem e disputam a hegemonia. É preciso conectá-los às classes sociais para que se compreenda concretamente o Estado brasileiro atual. Portanto, da mesma maneira que a análise do Estado desenvolvimentista foi feita com base na luta de classes que caracteriza a revolução de constituição capitalista no Brasil, os fatos do final da primeira década do século XXI devem ser explicados a partir do estudo dos conflitos entre as classes sociais desse período. Ao que parece, o desenvolvimento do mercado interno consumidor expresso na expansão quantitativa das classes médias indica que o modelo de avanço econômico no Brasil continua restrito à operação capitalista. Por outro lado, a ideia de superação do atual modo de produção, herdada da antiga tradição marxista ortodoxa, parece rondar como um espectro silencioso os referidos debates contemporâneos.

De toda forma, fica nítido que o movimento do PT em direção ao centro ilustra o processo de construção de um compromisso entre diversos interesses muito similar àquele que caracterizou a formação do Estado brasileiro a partir dos anos 1930, como bem lembra Giambiagi (2011), ao escrever que:

Lula soube exercer com destreza a arte da política de agradar a grupos diversos. Da mesma forma que, sob Getúlio Vargas, JK e Jango, PSD e PTB formavam parte do Governo, mas representando diferentes interesses, Lula soube equilibrar-se com maestria política entre forças diversas, quando não historicamente antagônicas (Giambiagi, 2011, p. 231).

Assim, ainda que uma análise pormenor dos movimentos de classes dos últimos anos demande certo distanciamento histórico, ou seja, algum passar do tempo, não seria inadequado pensar no desenvolvimentismo e no novo-desenvolvimentismo enquanto episódios similares, mesmo que as especificidades históricas deste último ainda não possam ser completamente compreendidas. De toda maneira, a necessidade do distanciamento histórico não

²² O esforço central de Carneiro aqui é defender a Escola de Economia da Unicamp em reação à análise de Fiori sobre o desenvolvimentismo hoje (com o que pouco se ganha em termos práticos, visto que tal manobra só acirra disputas escolásticas).

impede que o historiador e analista consciente haja politicamente em defesa de seus interesses no presente, a partir de sua inserção nos movimentos políticos de base. Poderíamos dizer, assim, que o melhor seria parar com o estudo e partir para a ação, com propostas de política econômica condizentes com as “possibilidades concretas ou alternativas de desenvolvimento colocadas pela história do país”, como argumenta Carneiro (2012b). Mas como saber se o que se faz vai na direção das metas que escolhemos? Aqui, nunca é demais lembrar que o processo é dialético e, por isso, somente a união de teoria e prática pode dar conta ao mesmo tempo de descrever e modificar as relações de poder que moldam o Estado.

Referências

- ANTÔNIO DE PAULA, J. 2004. Raízes do desenvolvimentismo: pensamento e ação de João Pinheiro. *Pesquisa & Debate*, 15(2):257-282.
- ARANTES, P.E. 2003. Beijando a Cruz. *Revista Reportagem*, mai., v. 44, p. 20-21.
- BELLUZZO, L.G. 2008. Keynes e o fim do laissez-faire. *Carta Capital*, Nov., p. 25.
- BIELSCHOWSKY, R. 2000 [1988]. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 496 p.
- BOBBIO, N. 1983. Existe uma doutrina marxista do Estado? In: N. BOBBIO, *Qual socialismo? Discussão de uma alternativa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 37-54.
- BOITO JR., A. 2003. A Hegemonia Neoliberal no Governo Lula. *Crítica Marxista*, 17:10-36.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. 1982. Seis interpretações sobre o Brasil. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 25(3):269-306.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. 2011. An account of new developmentalism and its structuralist macroeconomics. *Revista de Economia Política*, 2(3):493-502.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. 1978. *Gramsci y el Estado*. Madrid, Siglo XXI de España Editores, 484 p.
- CAMARINHA LOPES, T. 2011. *Planejamento econômico para a industrialização e o desenvolvimento: o Brasil entre as lógicas de mercado e controle (1930-1956)*. Uberlândia, MG. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, 174 p.
- CAMPOS, R. 1994. *A Lanterna na Popa: memórias*. Rio de Janeiro, Topbooks, vol. 1, 1460 p.
- CARDOSO DE MELLO, J.M. 1982. *O capitalismo tardio*. Campinas, Ed. Unicamp, Insituto de Economia, 198 p.
- CARNEIRO, R. 2012a. Um intelectual em seu labirinto. *Carta Maior*, mar. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19890. Acesso em: 15/06/2012.
- CARNEIRO, R. 2012b. Desenvolvimentismos. *Valor Econômico*, abr. Disponível em: <http://www.valor.com.br/opiniaio/2601664/developmentismos>. Acesso em: 15/06/2012.
- CARVALHO, C.E. 2004. Governo Lula, o triunfo espetacular do neoliberalismo. *Margem Esquerda*, 3:131-146.
- CLARKE, P. 2009. *Keynes: the rise, fall and return of the 20th century's most influential economist*. New York, Bloomsbury Press, 224 p.
- CLEAVER, H. 1981. *Leitura Política de O Capital*. Rio de Janeiro, Zahar, 195 p.
- CODATO, A.; PERISSINOTO, R. 2001. O Estado como instituição. Uma leitura das “obras históricas” de Marx. *Crítica Marxista*, 13:9-28.
- DAVIDSON, P. 2009. *The Keynes Solution: The Path to Global Economic Prosperity*. Palgrave, Macmillan, 196 p.
- DRAIBE, S. 1985. *Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 370 p.
- FERNANDES, F. 2006. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo, Globo, 504 p.
- FIGUEIREDO, J.R. 2004. *Modos de ver a Produção do Brasil*. São Paulo/Campinas, Educ/Editora Autores Associados, 648 p.
- FIORI, J.L. 2011. A miséria do “novo desenvolvimentismo”. *Valor Econômico*, nov. Disponível em: <http://www.valor.com.br/opiniaio/1116494/miseria-do-novo-desenvolvimentismo>. Acesso em: 15/06/2012.
- FONSECA, P.C.D. 1989. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo, Editora Brasiliense, 482 p.
- FONSECA, P.C.D. 2004. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa & Debate*, 15(2):225-256.
- FONSECA, P.C.D. 2010. Keynes: o liberalismo econômico como mito. *Economia e Sociedade*, 19(3):425-447. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182010000300001>
- GANEM, A. 2012. O Mercado como Ordem Social em Smith, Walras e Hayek. *Economia e Sociedade*, 21, 1(44):143-164.
- GIAMBIAGI, F. 2011. Rompendo com a Ruptura: O Governo Lula (2003-2010). In: F. GIAMBIAGI; A. VILLELA; L.B. CASTRO; J. HERMANN, *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro, Elsevier, p. 197-237.
- GILES, C.; ATKINS, R.; GUHA, K. 2008. The undeniable shift to Keynes. *Financial Times*, dez. Disponível em: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/8a3d8122-d5da-11dd-a9cc-000077b07658.html#axzz1xt4yYf5Y> Acesso em: 15/06/2012.
- HANDERSON, J.P.; DAVIS, J.B. 1991. Adam Smith's Influence on Hegel's Philosophical Writings. *Journal of the History of Economic Thought*, 13(2):184-204.
- HOLLOWAY, J.; PICCIOTTO, S. (1978). Introduction: Towards a Materialist Theory of the State. In: J. HOLLOWAY; S. PICCIOTTO (orgs.), *State and Capital: a marxist debate*. Londres: Edward Arnold., p. 1-31.
- IANNI, O. 1980. Aspectos da Formação Social Escravista. In: J.R. do A. LAPA (org.), *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis, Vozes, p. 43-65.

- KALE, S. 2008. A global Keynesian revival. *Livemint.com & The Wall Street Journal*. Disponível em: <http://www.livemint.com/2008/02/21000738/A-global-Keynesian-revival.html>. Acesso em 15/06/2012.
- KANOUSI, D. 2003. Maquiavel nos Cadernos do Cárcere. In: C.N. COUTINHO; A.P. TEIXEIRA (org.), *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 293 p.
- LENIN, W.I. 1977 [1913]. The Three Sources and the Three Components of Marxism. In: LENIN, W.I., *Lenin's Collected Works*. Progress Publishers, Moscow, vol. 19, p. 21-28. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1913/mar/x01.htm>. Acesso em: 12/2010.
- MACEDO, G.A.T.C. 2011. *Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): Natureza, Impactos e Dinâmica Regional*. Uberlândia, MG. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 113 p.
- MANDEL, E. 1968. *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx*. Rio de Janeiro, Zahar, 211 p.
- MARX, K. 1971 [1859]. Vorwort Zur Kritik der Politischen Ökonomie. In: K. MARX, *Marx-Engels-Werke*. Berlin, Dietz Verlag, vol. 13, p. 7-11. Disponível em: http://www.mlwerke.de/me/me13/me13_007.htm. Acesso em: 15/06/2012.
- MARX, K. 1978 [1888]. Thesen über Feuerbach („1. ad Feuerbach“). Escrito em 1845 e publicado primeiramente por Engels com alterações em 1888, republicado em *Marx-Engels-Werke*. Berlin, Dietz Verlag, Vol 13. 160 p.
- MAZZUCHELLI, F. 2002. O pioneirismo de Smith. *Economia e Sociedade*, 11(1):185-192.
- MERCADANTE, A. 2010. *As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do Governo Lula (2003-2010)*. Campinas, SP. Tese de Doutorado, Unicamp, 537 p.
- MOLLO, M.L.R. 2001. A Concepção Marxista de Estado: considerações sobre antigos debates com novas perspectivas. *Economia*, 2(2):347-389.
- NETTO, A.D. 2009. Keynes e Marx. *Folha de S. Paulo*, abr. Disponível em: http://www.blogdoalon.com/ftp/delfim_folha_29042009.pdf Acesso em: 15/06/2012.
- PAULANI, L.M. 2004. Quando o medo vence a esperança (um balanço da política econômica do primeiro ano do governo Lula). *Crítica Marxista*, 19:11-26.
- POULANTZAS, N. 1977 [1968]. *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 354 p.
- REDDY, S. 2009. The New Old Big Thing in Economics: J.M. Keynes. *The Wall Street Journal*, jan. Disponível em: <http://online.wsj.com/article/SB123137373330762769.html> Acesso em: 15/06/2012.
- RIBEIRO, R. J. 2003. Hobbes: o medo e a esperança. In: F. WEFFORT (org.), *Os clássicos da política - Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, O Federalista*. São Paulo, Ática, vol. 1, cap. 3.
- SECCO, L.F. 2010. Notas sobre a Filosofia da Práxis. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 20, Franca, 2010. *Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*.
- SEMERARO, G. 2005. Filosofia da práxis e (neo) pragmatismo. *Revista Brasileira de Educação*, 19:28-39. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000200003>
- SICSÚ, J.; FERNANDO DE PAULA, L.; MICHEL, R. (orgs.). 2005. *Novo-Desenvolvimentismo: Um Projeto Nacional de Crescimento com Equidade Social*. Barueri, Editora Manole/Fundação Konrad Adenauer.
- SKIDELSKY, R. 2008. The Remedist. *The New York Times*, dez. Disponível em: <http://www.skidelskyr.com/site/article/the-remedist/>. Acesso em: 15/06/2012.
- SKIDELSKY, R. 2009. *Keynes: the return of the master*. New York, PublicAffairs, 221 p.
- SIMONSEN, R.; GUDIN, E. 2010 [1977]. *A controvérsia do planejamento econômico na economia brasileira*. Brasília, Ipea, 200 p.
- SODRÉ, N.W. 2010 [1989]. Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil. In: O. SODRÉ (org.), *Desenvolvimento Brasileiro e Luta pela Cultura Nacional*. Brasília: Ipea, p. 27-90.
- STIGLITZ, J. 2008. The Triumphant Return of John Maynard Keynes. *Project Syndicate*, 05/12/2008. Disponível em: <http://www.policyinnovations.org/ideas/commentary/data/000099>. Acesso em: 05/04/2012.

Submetido: 13/01/2012

Aceito: 17/04/2012